



## SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017

### ATA

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

#### **1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**

1.1 – Discussão e aprovação das atas da sessão extraordinária de 25 de novembro de 2016, que teve continuação em 28 de novembro de 2016 e da sessão ordinária de 28 de dezembro de 2016, que teve continuação em 06 de janeiro de 2017;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município.

(Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

#### **2 – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”**

2.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 – Aprovação da proposta de Regulamento da Loja Solidária do Concelho de Nelas;

2.3 – Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2017;

2.4 - Autorização prévia da Assembleia Municipal de Nelas, para assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

2.5 - Apreciação do Relatório de avaliação da atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas do ano de 2016: Conhecimento;

2.6 – Designação de um representante das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil.

O Senhor Presidente da Assembleia, António Manuel Borges dos Santos:

- Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhores Deputados Municipais,

Ex.m.º Público,

Muito boa noite.

Verificada a existência de quórum, dou por iniciada esta sessão da Assembleia Municipal e vamos proceder à chamada dos Senhores Deputados Municipais.

A chamada dos Senhores Deputados Municipais foi feita pela Senhora Deputada Liliana Silva Pinto, em substituição da Segunda Secretária.

A Senhora Deputada Liliana Silva Pinto:

- Estão a faltar os Senhores Deputados José António Neves Pereira, Rui Manuel Simões Costa (veio mais tarde), Francisco Manuel Ferrão Mascarenhas Loureiro, Natália Martins Filipe Moreira (veio mais tarde), Dirceu Costa da Graça, Carla Maria de Almeida Pereira Francisco, Isabel Cristina dos Santos Gonçalves, Mário



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Alberto Gomes Pires e Jorge Manuel Tavares Abreu (veio mais tarde). Faltam nove Senhores Deputados Municipais.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Estamos dezanove. Ora, feita a chamada e antes de entrar, propriamente, na Ordem do Dia, em nome da Mesa tomo a liberdade de apresentar a esta Assembleia um Voto de Pesar pelo falecimento do pai do nosso colega José António.

Não sei se, alguém se opõe a este Voto de Pesar? Então, se ninguém se opõe, está aprovado por unanimidade o Voto de Pesar, que será endereçado na devida altura.

1.2 Passamos, então, ao ponto 1.1 - Discussão e aprovação das atas da sessão extraordinária de 25 de novembro de 2016.

Quem se quer pronunciar sobre a ata? Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade. Entretanto, chegou o Senhor Deputado Rui Costa.

Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 28 de dezembro de 2016.

Quem se quer pronunciar sobre esta ata? Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Leitura do Expediente. Como, habitualmente, todos receberam a correspondência em papel. Portanto, vou escusar-me a fazer a leitura da mesma, a não ser que alguém tenha alguma necessidade disso. Não? Então, consideramos resolvido este ponto.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

### CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- Ofício n.º 33, datado de 04 de janeiro de 2017, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de mais dois assuntos para a segunda reunião, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2016, a realizar em 06 de janeiro de 2017;

- Câmara Municipal de Nelas – Envio de fotocópia das atas das reuniões ordinárias de: 28/09/2016; 12/10/2016; 26/10/2016; 09/11/2016; extraordinária de 21/11/2016; ordinárias de 30/11/2016; 14/12/2016;

- Carta da Senhora Deputada Municipal Isabel Marques Mendes Sampaio – Solicita justificação das faltas dadas às sessões ordinárias de 17 de junho de 2016 e 23 de setembro de 2016;

- Assembleia Municipal de Viseu – Moção pela dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e outros, designando-os por “Universidades Politécnicas”;

- Ofício n.º 1018, datado de 15 de fevereiro de 2017, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para esta sessão da Assembleia Municipal.

### CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 26/16, datado de 29 de dezembro de 2016, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 28 de dezembro de 2016;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- Ofício n.º 27/16, datado de 29 de dezembro de 2016, enviado aos Senhores Membros da Assembleia, convocando-os para a segunda reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 06/01/2017;

- Ofício n.º 01/17, datado de 09 de janeiro de 2017, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 28 de dezembro de 2016, que teve continuação em 06 de janeiro de 2017;

- Ofício n.º 02/17, datado de 15 de fevereiro de 2017, enviado aos Senhores Membros da Assembleia, convocando-os para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 24/02/2017.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Passamos ao ponto 1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município.

Quem se quer inscrever neste ponto? O Senhor Deputado Manuel Fonseca, mais alguém? Senhor Manuel Fonseca, faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Fonseca:

- Muito boa noite.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhores Deputados,

E Ex.m.º Público.

Algumas questões que não queremos deixar de levantar nesta Assembleia.

Em Casal Sancho, apesar do Senhor Presidente, na Assembleia do passado dia 28 de dezembro ter afirmado, passo a citar: sendo que em Casal Sancho a fossa de Casal Sancho estavam as manilhas entupidas, foi feita lá uma intervenção e as fotografias que lhe foram entregues não refletem a realidade e foi já feita uma intervenção a nível de substituição das manilhas para que a linha de água, limpeza da fossa, de facto, estavam assim. Para já não corresponde à realidade. Mas o que verificamos é que a solução arranjada foi pôr terra à volta da tampa, mas o esgoto continua a correr a céu aberto e assim perguntamos, de novo, quando é que pretende a Câmara Municipal resolver esta situação?

Na Póvoa de Santo António também os Serviços Camarários intervieram no local onde existiam piscinas na estrada, problema que a CDU aqui trouxe na última Assembleia, não foi boa essa intervenção, que agora existem novas piscinas. É necessário que se arranje, como deve ser, esta rua.

Começaram as obras no Bairro da Cerca, tantas vezes aqui pedidas pela CDU. Esperamos que não sejam uns meros arranjos de jardins. Como defendemos, a audição dos moradores devia ser uma medida para se conseguir melhores resultados e isso não foi feito.

Esperamos que o Senhor Presidente já se tenha informado e que nos informe se há, ou não, monitorização dos lixiviados na antiga lixeira.



Mais uma vez se assistiu a descargas, por parte da Borgstena, para a Ribeira da Pantanha. Quando é que se resolve esta situação? Para nós não é dilatar as licenças que será a solução.

Quando é que o Executivo pensa resolver o problema da habitação social, que facilmente é visível no Concelho?

Mais um mês se passou e até agora, pelo que sabemos, nada se avançou na resolução das obras no Apeadeiro da Lapa do Lobo. Assim, perguntamos se a Câmara já tem resposta da CP sobre a paragem dos comboios suprimidos após as obras de Apeadeiro e para quando é que se vai avançar com estas obras.

Agora, tenho aqui uma Moção para apresentar sobre a transferência de competências.

### MOÇÃO

#### Sobre Transferência de Competências

A descentralização administrativa, conforme a CRP – Constituição da República Portuguesa – tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações.

A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) ações, serviços e investimentos é mera desconcentração - só há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir.

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local Democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.

Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural.

A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas - que não são substituíveis pelas CIM ou qualquer outra solução inter-municipal, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver.

Novas competências para as Autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às Autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multi-municipais. Exigem ainda a reposição das freguesias.

A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.

Face aos projetos de diplomas do Governo agora concluídos sobre transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, a Assembleia Municipal de Nelas, reunida em 24 de fevereiro de 2017, delibera:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

1 - Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional;

2 – Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos Municípios;

3 – Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana.

Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das Autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.

Nelas, 24 de fevereiro de 2017.

O Eleito da CDU na Assembleia Municipal de Nelas.

Manuel José Fonseca.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Chegou o Senhor Deputado Jorge Abreu.

Mais alguém quer usar da palavra neste ponto? Ora, se mais ninguém quer usar da palavra, vou pôr à votação a moção apresentada pelo Senhor Deputado Manuel Fonseca e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Dezasseis abstenções e quatro votos a favor. Portanto, foi aprovada com quatro votos a favor e dezasseis abstenções.

Se mais ninguém quer usar da palavra neste ponto, vou passar ao Período da Ordem do Dia, com a informação do Senhor Presidente. Todos receberam também a informação do Senhor Presidente.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V.ªs Ex.ªs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal em 28 de dezembro de 2016 até à data de 21 de fevereiro de 2017, bem como a sua situação financeira.

A) Informação sobre obras municipais, ambiente, gestão urbanística e planeamento

Nomeadamente:

Concluídas:

- Adesão ao PROVERE TERMAS;
- Aquisição de terrenos para ampliação da Zona Industrial da Ribeirinha, em Canas de Senhorim;
- Aprovação do Plano de Racionalização de Energia do Concelho de Nelas (PREN);
- Aprovação da Auditoria Energética do Concelho de Nelas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- Aprovação do Edital de abertura de Candidaturas no âmbito do Regulamento de Incentivos à Criação do Próprio Emprego no Município de Nelas;
- Aprovação de celebração de Protocolo entre a Administração Regional de Saúde do Centro e o Município de Nelas para a realização de obras no Posto Médico de Canas de Senhorim;
- Aquisição de um Mini- Bus para reforço do parque automóvel do Município pelo valor de 43.908,00€;
- Requalificação das Ruas das Carrancas e Corredoura, na Aguieira;
- Colocação, em cooperação com a União de Freguesias de Carvalhal Redondo/Aguieira, de passeios públicos na estrada Aguieira-Pisão;
- Colocação de abrigos nas localidades de Vilar Seco, Pisão, Moreira e Aguieira;
- Requalificação de um muro no centro de Vilar Seco;
- Construção de muros e passeios na rua de saída para Mangualde, em Vilar Seco;
- Construção de muro de suporte, implementação de rede de águas pluviais e execução de passeios na R. do Amaral, em Carvalhal Redondo;
- Pavimentação em cimento no Bairro do Ferreiro em colaboração com a União de Freguesias Carvalhal Redondo/Aguieira;
- Reparação do pavimento no Bairro das Cocarinhas, em Carvalhal Redondo;
- Pavimentação em alcatrão das Travessas nº 3 e 4, sendo que nesta última se procedeu ainda à construção de muros e implementação de águas pluviais em colaboração com a União de Freguesias Carvalhal Redondo/Aguieira;
- Substituição do telhado do Edifício Associativo, trocando-se o fibrocimento por painel sanduíche, através da delegação de competências para a União de Freguesias Carvalhal Redondo/Aguieira e em colaboração com a Câmara Municipal;
- Requalificação e abertura do espaço social no edifício da Escola Primária da Póvoa de S.º António em parceria com a Junta da Freguesia de Canas de Senhorim
- Aprovação de um subsídio para a Santa Casa da Misericórdia de Santar no valor de 250.000€ para apoio à construção do Lar e Centro de Dia;
- Pavimentação com calçada da Rua e Beco dos Sampaivos, em Moreira;
- Repavimento em asfalto ruas do Soito, Fontainhas e Paraduço, em Moreira;
- Pavimentação da rua e travessas do Paraíso, no Pisão;
- Retificação do pavimento da estrada de Carvalhal Redondo-Moreira;
- Receção de visto favorável do tribunal de Contas à construção de ETAR III de Nelas e Sistema Interceptor num investimento de 4.397,022 € com co-financiamento dos Fundos do Portugal 2020 e Fundo de Coesão;
- Aprovação do Financiamento das ETAR'S de:
  - Lapa do Lobo- 311.916,00€;
  - Vilar Seco- 344.347,00€;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- Casal Sancho- 194.347,00€;
- Santar- 194.347,00€;
- Aguieira/Carvalho Redondo- 464.466,00€;
- Nova ETAR de Moreira-351.935,00€.
  - Construção de Parque de estacionamento de apoio à Zona Industrial 1;
  - Requalificação dos muros exteriores da Casa das Morgadas, em Nelas;
  - Requalificação dos passeios e exterior do Bairro da Feira, em Nelas;
  - Construção de muro de segurança na ponte ferroviária Nelas/Seia;
  - Requalificação do Largo das Pedras Marradas, em Nelas;
  - Aquisição de imóvel para alargamento da Rua Formosa, nas Carvalhas;
  - Aquisição de imóvel para alargamento da Rua Fonte da Eira, em Nelas;
  - Aquisição de imóvel para alargamento da Praça Central, de Vila Ruiva;
  - Aquisição de imóvel para alargamento do Largo junto à Associação do Folhadal;
  - Aquisição de dois artigos rústicos para alargamento do Adro da Igreja em Vilar Seco;
  - Aquisição de faixa de terreno sito às “Pedras Marradas”, em Nelas;
  - Aprovação de Protocolo entre o Município de Nelas e a Associação de Vila Ruiva para realização de obras no polivalente;
  - Aprovação de Protocolo entre o Município de Nelas e a Associação Cultural “Os Carvalhenses” para realização de obras no polivalente;
  - Cedência de terreno à empresa Sintergouv para construção de oficina de veículos pesados na Zona Industrial 1, em Nelas;
  - Aquisição de terreno para Construção da Estrada Municipal Moreira-Nelas;
  - Obras de reparação do Centro Escolar de Nelas;
  - Execução dos projetos de requalificação urbana do Largo da estação, Avenida António Joaquim Henriques e largo dos Bombeiros Voluntários, em Nelas,
  - Aprovação de subsídio e apoio técnico para elaboração de projeto à Junta de Freguesia de Nelas para construção de um Parque Verde no Folhadal;
  - Calçamento da Rua do Colóquio no Folhadal em parceria com a Junta de Freguesia de Nelas, resultado do orçamento participativo da mesma;

D) Em curso:  
Nomeadamente:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- Arranjos e reparações diversas nos Jardins-de-Infância e Escolas do 1º Ciclo do Concelho;
- Equipa SOS Buracos: múltiplos arranjos de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias;
- Limpeza dos recintos exteriores das escolas do Concelho;
- Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;
- Início dos trabalhos de reabilitação urbana do Largo das “4 Esquinas” em Nelas;
- Reabilitação do edifício da Antiga Escola Primária da Agueira;
- Continuação das obras de ampliação do cemitério de Vilar Seco;
- Requalificação do parque infantil do Jardim de Infância do Centro Paroquial de Vilar Seco;
- Continuação do programa urbanístico de proteção de pessoas e bens em todas as freguesias;
- Continuação das obras de requalificação Espaço do Cidadão em Canas de Senhorim em colaboração com a Junta de Freguesia de Canas de Senhorim;
- Continuação das obras de requalificação Espaço do Cidadão em Santar em colaboração com a União de Freguesias Santar/Moreira;
- Início das obras da Loja do Cidadão em Nelas no edifício onde atualmente se encontra instalado o ABC;
- Início da requalificação das fossas sépticas do Concelho através da empresa Endesa/Hidromondego no âmbito das compensações da não construção da Barragem de Girabolhos, a saber: Fontanheiras, Casal Sancho; Santar, Vilar Seco I e II, Moreira de Cima; Pisão I e II, Carvalhal redondo I e II; Algeraz, Zona Industrial, Folhadal; Quinta da Cagunça; Casal Sandinho; Portela, Casal são José; Vila de Senhorim; Moinhos; Igreja; Fonte do Alcaide, Carvalhas I e II, Vila Ruiva I, II e III, S. João do Monte I e II, Póvoa de Cima, Póvoa de Luzianes; Póvoa de S.º António I, II e III, Vale de Madeiros I, II, III, Lapa do Lobo I e II;
- Construção de muros e passeios na Avenida Vasco da Gama, em Carvalhal Redondo;
- Construção de passeios na Avenida Carlos Afonso Paiva, em Carvalhal Redondo;
- Continuação das obras de ampliação do cemitério de Senhorim e respetivo parque de estacionamento;
- Construção de balneário e wc no cemitério de Santar;
- Continuação das obras de ampliação do cemitério do Folhadal;
- Cemitério Novo de Canas de Senhorim;
- Construção de muros e passeios à entrada da Lapa do Lobo;
- Construção de muros e passeios em Vale de Madeiros junto da Escola Primária;
- Requalificação das “Quatro Esquinas” em Canas de Senhorim;





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- Construção de passeios na Rua da Escola, em Vila Ruiva;
- Construção de muros e passeios na Estrada Santar/Carvalho Redondo;
- Requalificação da Rua Nossa Sra. de Fátima, em Santar;
- Requalificação de diversas estradas (extração de raízes), nomeadamente nas localidades de Canas de Senhorim; Agueira, Pisão, Carvalho Redondo e Moreira;
- Continuação das obras do Abrigo/Canil na Quinta da Cerca

B) Informação sobre educação, cultura, desporto e serviço social:

Nomeadamente:

- Atribuição de subsídio a:
  - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nelas;
  - Associação Cultural e Juvenil teatro Hábitos;
  - Às associações que organizam os Corsos Carnavalescos em 2017 no valor de 7.500€ cada, pagos à data;
  - Garantia de 244.000€ de investimento através da candidatura do Município em parceria com os Agrupamentos de Escolas do Concelho no âmbito da Promoção do Sucesso Educativo a desenvolver-se entre 201 e 2018 através de vários projetos educativos;
  - Realização de mais uma edição do Projeto Férias em Ação- Natal 2016 com 60 alunos inscritos, pelos Serviços de Educação e Desporto do Município;
  - Organização dos “Concertos de Natal e Ano Novo” inserido na iniciativa “Nelas: um Concelho que canta o Natal” em colaboração com todas as Juntas de freguesia do Concelho e Grupo Coral Canto e Encanto que contou com concertos nas igrejas das localidades de Canas de Senhorim, Vilar Seco, Moreira, Senhorim; Lapa do Lobo, Santar, Agueira, Carvalho redondo e Nelas e com os grupos:
    - Goetz Mangelsdorf e Paul Van Hasselt;
    - Choral Polifónico João Rodrigues de Deus;
    - Grupo de Cantares Castro Pena Alba;
    - Orfeão da Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo;
    - Orfeão da Santa Casa da Misericórdia de Gouveia;
    - Coral Cardes;
    - Orfeão Dr. João Antunes;
    - Coral Harmonia;
    - Orfeão de Ermesinde;
    - Coro Misto da Universidade de Coimbra;
    - Grupo Coral Santander Totta.
    - Visita para assinalar o Dia de Reis a todas as IPSS’S do Concelho de Nelas, nomeadamente,
      - Residencial S. Domingos de Algeraz;
      - Casa de Repouso “A Família”;
      - Fundação Lopes da Fonseca, Lapa do Lobo;
      - Santa Casa da Misericórdia de Santar;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- Associação Social, Cultural e Recreativa do Folhadal- Centro de Dia;
- Centro Paroquial de Vilar Seco- Centro de Dia;
- Centro Paroquial de Nelas- Lar S. Miguel;
- Centro Social e Paroquial de Canas de Senhorim- Lar de Idosos Padre

Domingos;

pelos Senhores Presidente e Senhora Vice-presidente da Câmara Municipal de Nelas acompanhados do Coro da Universidade Sénior;

- Distribuição de Flautas aos alunos do 1º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho;
- Apoio logístico ao 18º Encontro de Cantadores de Janeiras organizado pela Associação recreativa e Cultural de S.º António/ Bairro da Igreja, Nelas;
- Apresentação da peça “As Aventuras do Gaspar” realizada na Biblioteca Municipal Lobo Antunes e encenada pelos animadores sócio-culturais do Município aos alunos da Universidade Sénior;
- Receção ao Grupo Coral Canto e Encanto, de Canas de Senhorim, e ao Grupo de Cantadores de Janeiras do Bairro da Igreja de Nelas para apresentação de Boas Festas e Desejos de Bom Ano Novo;
- Aprovação da renovação do Protocolo de Colaboração entre o Município de Nelas e Associação de Voluntários do Hospital de São Teotónio de Viseu;
- Participação dos alunos de Escola Municipal de Natação na 4ª Concentração de Provas do Circuito Municipal das Escolas de Natação da época 2016/2017 nas Piscinas Municipais de Castro Daire;
- 4ª Conferência “NELAS POR VOCAÇÃO”: “De Papo Cheio” com a presença do chef Vitor Sobral e acompanhamento musical do “Colectivo Orelhas Moucas” no Restaurante Zé Pataco em Canas de Senhorim;
- Visita dos alunos da Universidade Sénior ao Centro Escolar de Nelas num intercâmbio geracional dentro do âmbito da disciplina de Inglês;
- Apoio logístico à organização da 4ª Eliminatória da Taça de Portugal entre as equipas de Futsal Séniores do ABC de Nelas e do Centro Social S. João;
- Visita à Casa da Lavoura e oficina do Linho em Várzea de Calde – Viseu pelos alunos da Universidade Sénior;
- Comemoração dos 125 anos de existência da Sociedade Musical 2 de Fevereiro de Santar com a presença do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, Dr. João Paulo Rebelo;
- Co-organização pelos Serviços de Educação e CIM Dão Lafões das Conferências TEEN, com a presença dos jovens empreendedores Marta Baeta do Projeto “From Kibera with Love” e Rui Daniel da Silva, músico e World Traveller, para os alunos do 3º ciclo e ensino secundário dos Agrupamentos de Escolas de Nelas e Canas de Senhorim;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- Workshop de Risoterapia para os alunos da Universidade Sénior de Nelas, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Rádio com Fernando Baptista;
- Receção aos professores e alunos da Escola de Turismo, Desporto e Hospitalidade da Universidade Europeia e do Turismo do Centro de Portugal no âmbito do projeto “Tourism Train Experiences” em colaboração com Adega de Vinhos Lusovini;
- Atribuição até ao momento de 17 subsídios no âmbito do Regulamento de Incentivo à Natalidade;

C) Informação administrativa, financeira, recursos humanos e saúde:

Dados à data de 31 de janeiro de 2017:

- a) A dívida de médio e longo prazo foi de 10.416.864,21 €;
- b) A dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores, foi de 415.467,76 €;
- c) Os fundos disponíveis para fevereiro de 2017: 493.214,00 €;
- d) O prazo médio de pagamento aos fornecedores encontra-se em linha com os prazos das informações anteriores;
- e) Ponto da situação do Plano de Ajustamento e Reestruturação Financeiras:

-Anexo I- Pedido de informação à Secretaria de Estado da Administração Local e à DGAL acerca da possibilidade de contratação de empréstimos exclusivamente para financiamento da componente nacional de investimento FEEI (Fundos Europeus estruturais e de Investimento) e respetiva resposta positiva;

-Anexo II- Pedido de informação à Secretaria de Estado da Administração Local e à DGAL acerca da aplicação da suspensão do Plano de Ajustamento Financeiro, decorrente do PAEL I (artigo 6º/6, da Lei nº 43/2012, com redação da Lei nº 42/2016, de 28/12) à reestruturação financeira em vigor e decorrente da Lei nº 2/2007, de 15/01 e do Decreto-Lei nº 38/2008, de 7/3, mantidas em vigor pela Lei nº 73/2013.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Alguém tem alguma pergunta a fazer ao Senhor Presidente? Uma vez que a informação vai mais que completa, o Senhor Presidente escusava de a estar a apresentar, a não ser que queira.

Senhor Presidente, quer apresentar alguns dados novos? Se o Senhor Presidente da Câmara não tem dados novos a apresentar, passamos ao ponto 2.2 - Aprovação da proposta de Regulamento da Loja Solidária do Concelho de Nelas.

Senhor Presidente, quer dizer alguma coisa sobre isto? Não.

Foi endereçado a todos uma proposta de Regulamento da Loja Solidária do Concelho de Nelas. Não sei se alguém se quer pronunciar sobre o assunto.

Uma vez que ninguém se quer pronunciar, vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Três abstenções e 18 votos a favor. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária Ana Mafalda Rodrigues Lopes:

MINUTA DA ATA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

O ponto 2.2 – Aprovação da proposta de Regulamento da Loja Solidária do Concelho de Nelas, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 18 votos a favor, 0 votos contra e 3 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

O ponto 2.3 vai ser retirado da Ordem de Trabalhos uma vez que ele estava em consignação da aprovação, ou não, na reunião de Câmara e ainda não foi discutido, portanto, não vamos sequer pronunciar-nos sobre ele.

Então, uma vez que é retirado o ponto 2.3, passamos ao ponto 2.4, que é já um assunto recorrente, que é a Autorização prévia da Assembleia Municipal de Nelas, para assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Quem quer usar da palavra neste ponto? Como ninguém quer usar da palavra neste ponto, vou pôr à votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.4 - Autorização prévia da Assembleia Municipal de Nelas, para assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 21 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

- Passamos ao ponto 2.5 - Apreciação do Relatório de avaliação da atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas do ano de 2016: Conhecimento.

Temos ali três Comissárias da CPCJ e convidava-as a apresentarem o documento.

A Senhora Presidente da CPCJ Maria do Carmo Henriques Dinis:

- Boa noite a todos.

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas, neste ano de 2017, decidiu uma apresentação diferente do relatório anual da atividade desenvolvida durante o ano de 2016. Vamos passar um pequeno filme que será para melhor compreensão do que é o trabalho da Comissão e apresenta alguns resultados.

Dizer que o relatório é público. Está nas mãos de todos os Senhores Deputados e poderá ser sempre consultado em qualquer das vertentes em que o próprio relatório está apresentado.

No final, se houver alguma dúvida, ou alguma questão, as Comissárias presentes estaremos ao dispor para qualquer esclarecimento.

Muito obrigada e espero que fiquem esclarecidos.

A Comissão de Proteção foi instalada em 1989. Nessa altura era Comissão de Proteção de Menores. Houve uma reestruturação das Comissões de Menores e passaram



a ser as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e, ainda hoje, têm essa denominação.

Sempre foram acolhidas pelo Município no edifício da Câmara Municipal, inicialmente. Atualmente, funcionamos no Edifício Multiusos.

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é uma Entidade não judicial. Tem autonomia funcional e tem como objeto a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens em perigo de forma a promover o seu desenvolvimento e a sua educação integral.

Queria dizer que a Comissão de Proteção apenas intervém quando existem, efetivamente, situações de perigo, porque a intervenção ao nível das questões de risco e de perigo estão determinadas na lei hierarquicamente, sendo que podemos considerar três patamares de intervenção.

O primeiro patamar, e é o mais importante, tem como missão a promoção dos direitos das crianças e a proteção de todas elas. Compete, exatamente, a essa primeira entidade, que nós costumamos chamar entidade de primeira linha, onde se situam todas as Entidades da Comunidade como as Escolas, a Igreja, a Câmara Municipal, as Associações, os Centros de Saúde.

Todas estas Entidades que existem na nossa Comunidade são chamadas a responder pela proteção das crianças e dos jovens, tal como qualquer indivíduo.

Apenas quando neste primeiro patamar as situações não são passíveis de serem resolvidas, quando a situação é já de tal forma grave que põe, realmente, em perigo a saúde, a educação, a segurança, o desenvolvimento da criança e quando, de facto, essas entidades já esgotaram todas as formas de proceder à sua proteção, apenas aí é que a Comissão tem legitimidade para intervir. Está no segundo patamar de intervenção, que se pretende ser uma aproximação à Família e que se distingue da primeira linha por uma única função que se prende com a aplicação de medidas de promoção e proteção.

Aqui neste patamar, na Comissão de Proteção, tal como no Tribunal, que é o terceiro patamar de intervenção, podem-se aplicar as medidas que estão elencadas na lei e que dão sempre primazia à responsabilidade parental.

Logo que a intervenção não seja concluída neste patamar podem acontecer duas situações, ou remetermos, de novo, para a primeira linha a situação em presença, ou então, se não tiver havido a resolução da questão de perigo, se os pais retiraram o consentimento, ou se não o deram num primeiro momento, a Comissão remete o processo para o Tribunal e arquiva-o deixando de intervir.

Uma medida de promoção e proteção tem a duração de seis meses. Findo esse período é reavaliada a situação, podendo a medida ser continuada, ou podendo ser arquivado o processo se já não houver situação de perigo.

Pode ser continuada a prorrogação da medida até 12 meses e, excecionalmente, até 18 meses, sempre tendo em base e no centro da nossa atenção o superior interesse da criança.

A Comissão de Proteção distingue-se em duas modalidades. Existe a modalidade alargada a quem compete a prevenção das situações de risco. Existe para executar atividades que vão no sentido da prevenção das situações de risco e de perigo.

À modalidade restrita compete a defesa das crianças e dos jovens em situações concretas de perigo, ou seja, a Comissão restrita tem um trabalho reparador porque



investe diretamente nas situações de perigo que são derivadas das sinalizações que chegam à Comissão.

No ano de 2016 a CPCJ de Nelas trabalhou 87 processos. Dizer que destes processos, 63 tinham transitado, ou seja, tinham sido recebidos do ano anterior. Quer isto dizer que apenas instaurámos 21 processos e reabrimos 3, ou seja, o maior volume é derivado do ano anterior, 87 processos, portanto, no total dos processos que transitaram dos que instaurámos em 2016 e também com dois processos que vieram de outras CPCJ,s.

Importa referir que iniciámos o ano de 2017 com 41 processos ativos, cujas problemáticas dominantes são a exposição a comportamentos que afetam o desenvolvimento das crianças, entre os quais, 8 de violência doméstica e que este número decresceu graças ao arquivamento de 46 processos que aconteceram ao longo de todo o ano de 2016, por variadíssimas razões e que poderão ser consultadas no relatório.

O movimento processual está relatado no relatório que é de consulta pública. Vou apenas fazer algumas considerações muito globais e rápidas sobre o próprio relatório. Dizer-vos que a entidade sinalizadora predominante foi a GNR com várias sinalizações de violência doméstica, que afetam direta, ou indiretamente, o desenvolvimento das crianças e, portanto, o seu bem-estar.

Relativamente às problemáticas dominantes que acompanhamos em 2016, a que mais se revelou foi a exposição da criança, ou do jovem, a comportamentos que possam afetar, ou comprometer a saúde, a educação, a segurança e o desenvolvimento global da criança.

Poderei dizer ainda que a nível do escalão etário nós tivemos uma incidência maior nas crianças em pré-adolescência.

No âmbito da intervenção da Comissão restrita deparamo-nos com algumas dificuldades. São constrangimentos internos e externos. Internamente, o principal é a falta de tempo das Comissárias para desenvolverem um trabalho mais profundo por força dos seus trabalhos de origem nem sempre dispõem desse tempo. Externamente, temos também questões relativas sempre à Família porque é o fulcro da nossa intervenção e deparamo-nos com imensas dificuldades ao nível das responsabilidades parentais.

Existem também falta de meios para se dar resposta adequadas nalgumas situações.

O trabalho desenvolvido pela Comissão de Proteção, no ano de 2016, deriva de 4 objetivos estratégicos definidos no âmbito do projeto Tecer a Prevenção.

São eles: Promover o reconhecimento da CPCJ enquanto Entidade na competência da promoção e proteção dos direitos das crianças do Concelho; Melhorar as competências parentais; Melhorar as competências de participação cívica dos jovens; E, prevenção dos maus tratos na infância.

O trabalho da Comissão restrita é um trabalho muito exigente que não pode ser realizado sozinho. Precisamos da intervenção de todas as entidades da Comunidade e necessitamos também da intervenção da Comissão alargada. Aliás, a Comissão alargada é o principal fulcro da Comissão porque a ela compete desenvolver ações de prevenção e se apostarmos na prevenção apostamos, seguramente, na proteção da criança.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Todas estas atividades são fruto do trabalho de uma equipa que resulta da modalidade alargada e da modalidade restrita.

A Comissão alargada é constituída por 14 elementos obrigatórios, que derivam da lei e acrescentámos 4 elementos cooptados. No exercício das competências da modalidade alargada é de realçar o trabalho interinstitucional e multidisciplinar dos seus elementos, dos elementos que compõem a Comissão.

Existem vários constrangimentos no exercício das competências da modalidade alargada e gostaria de destacar o baixo envolvimento dos Comissários nas atividades e propostas de ação, a ausência de priorização do trabalho da Comissão por parte das Entidades representantes e alguma dificuldade de articulação interinstitucional.

A Comissão restrita é constituída por nove elementos, sendo cinco obrigatórios: a Câmara Municipal, a Educação, a Saúde, as IPSS,s e a Segurança Social. Tem a Presidente e três elementos, que são cooptados.

O ano de 2016 foi um ano de trabalho árduo, de muita dedicação, de muito empenho, por parte de muitos dos elementos da Comissão de Proteção. Só com esse empenho é que é possível levar por diante a missão de que nos incumbimos realizar.

Esperamos que 2017 continue a ser um ano de muita dedicação, de muito empenho, por parte de todos os elementos que constituem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas porque o melhor do mundo são as crianças como Fernando Pessoa tão bem soube dizer.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não sei se alguém quer fazer alguma pergunta às Senhoras Comissárias, que estão ali dispostas a dar as respostas?

Eu tinha uma pergunta. Viu-se ali no filme que de 2016 para 2017 houve uma redução significativa dos processos. Foi um caso pontual, ou vem-se verificando em anos anteriores? Pode comentar, se tiver dados.

A Senhora Presidente da CPCJ:

- Estamos a falar do movimento processual de 2016.

Nós iniciámos, como era referido, o ano de 2017 com 41 processos. Em 2016 tínhamos iniciado com 63, portanto, houve, realmente, um decréscimo significativo de 2016 para 2017.

Em relação ao número de processos que foram trabalhados em 2015 e 2016 também a redução foi bastante significativa porquanto em 2015 trabalhámos 105 processos e em 2016 apenas 87. Portanto, houve uma redução também a nível do volume global processual.

Isto também poderá ter a ver com a insistência que a Comissão está a ter para que a primeira linha tenha mais atenção às situações que conhece e a que deve procurar dar resposta de acordo com a problemática que surge e que deve ser atendida e respondida a esse nível. Para reforçar a ideia, que deve ficar bem explícita, quando as Escolas, os Centros de Saúde, enfim, todas as Entidades que têm crianças e que lidam com elas diariamente, se apercebem que existe ali uma situação devem encará-la como necessidade de se responder à dificuldade que surge, elaborando, nomeadamente, um plano de execução que responda à necessidade sentida, procurando esgotar e resolver o problema a esse nível.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Porquê? Porque a intervenção a nível da Comissão de Proteção acaba por ser mais estigmatizante para as Famílias e vai contra um princípio de intervenção básico que é o da privacidade, portanto, procuramos sempre resolver as questões o mais informalmente possível para não nos imiscuirmos na privacidade da Família.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Mais alguma pergunta? Então, se não, muito obrigado pela sua intervenção.

A Senhora Presidente da CPCJ:

- Muito obrigada pela vossa atenção. Contamos com a colaboração de todos para a divulgação destas ideias que são fundamentais para todos darmos as mãos e todos, em conjunto, conseguirmos melhorar e prestar todos os cuidados necessários às crianças, que todas elas nos merecem.

Muito obrigada. Continuação de bom trabalho. Boa noite.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Passado este ponto, passamos ao ponto 2.6 e último, que é - Designação de um representante das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil.

Como, habitualmente, eu pedia aos Senhores Presidentes de Junta que, num bocadinho, decidissem entre eles quem é que vamos nomear porque são eles que se conhecem melhor. Portanto, não tem sentido estarmos nós aqui a indicar nomes.

Podem, se quiserem, usar cinco minutos, para se reunirem, o tempo que necessitarem, claro.

Foram indicados, como efetivo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nelas, o Senhor João Miguel Guerra Cabral Neves e como suplente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lapa do Lobo, Senhor Carlos Alberto Pereira Inácio.

Embora se trate de nomes, a mim parece-me que podíamos prescindir do voto secreto, a não ser que alguém o queira fazer. Os nomeados têm algum interesse nisso?

Se não, vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

### MINUTA DA ATA

O ponto 2.6 – Designação de um representante das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil, foi posto à discussão, tendo sido designados o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nelas, João Miguel Guerra Cabral Neves e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lapa do Lobo, Carlos Alberto Pereira Inácio, tendo sido aprovado com 21 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, ou seja, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Chegámos ao fim do Período da Ordem do Dia e declaro aberta a sessão ao Público. Quem quer usar da palavra? O Senhor António Cândido Minhoto, faça favor. Dispõe de 5 minutos para apresentar as suas razões.





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

O Senhor António Cândido Minhoto:

- Ora, então, boa noite, obrigado Senhor Presidente.

Antes de mais, cumprimentar a Mesa, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados.

O que me trás aqui, como é óbvio, era o ambiente, uma coisa que nós todos devemos pugnar por isso. O ambiente é aquilo que nos faz viver.

Por isso, eu e a AZU mandou um e-mail à Câmara a condenar, mais uma vez, um corte de árvore. Parece que é simples cortar árvores, mas não é tão simples como isso. E ao fim de cortar, de facto, não temos solução.

E eu venho aqui para que esta situação não seja o modelo desta Câmara. É sempre porque a árvore está podre. Corta-se por dá cá esta palha. Foram aqui todos os cedros, em Vale de Madeiros os cedros, foi junto à SALEN, a mudança, a transladação dos plátanos em pleno verão, que depois morreram, etc., várias árvores.

E, agora, recentemente, junto ao antigo BNU, uma árvore antiga do Concelho de Nelas, que deve ser quase centenária, árvore de grande porte e que para crescer demora anos e mais uma vez a Câmara, com uma facilidade, corta, argumentando que estava podre, pensamos nós que deve ser esse o argumento, ou outro, porque ainda no ano passado a árvore tinha folhas, está verde.

Quem quiser ir ao Google vê que árvore em 2015 e em 2016 estava natural e por isso o meu repúdio vir aqui sensibilizar os Senhores Autarcas, os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, todos, a árvore é um bem de nós todos.

Nenhum de nós tem o direito, por si, de cortar uma árvore que foi posta por outros. Pelo contrário, temos direito a plantar. Cortar deve ser a última decisão e não é isso que tem sido.

E, por isso, antes que aconteça mais crimes e a AZU está sempre atenta a este problema, denunciámos e esperamos que os Senhores Autarcas e os Senhores Vereadores façam com que a Câmara seja mais sensata nesta questão que é muito importante.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor António Minhoto. Uma vez que não há mais ninguém inscrito dou por encerrada a sessão.

Muito boa noite e muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: